UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RAFAELA CASTRO UCHÔA DE SOUZA

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO PRONAF NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA

SALVADOR

2011

RAFAELA CASTRO UCHÔA DE SOUZA

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO PRONAF NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Versão final do trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata

SALVADOR
2011

Ficha catalográfica elaborada por Joana Barbosa Guedes CRB 5-707

Souza, Rafaela Castro Uchoa de
S729 Análise da distribuição do PRONAF nos territórios de identidade do Estado da Bahia / Rafaela Castro Uchoa de Souza. – Salvador, 2011.
51f. tab.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata.

1. Agricultura familiar. 2. PRONAF. 3. Territórios de identidade. I. Souza, Rafaela Castro Uchoa de. II. Mata Henrique Tomé da Costa. III. Título.

CDD 338.1

RAFAELA CASTRO UCHÔA DE SOUZA

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO PRONAF NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em dezembro de 2011.

Banca Examinadora

Orientador: _____

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata

Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

_____

Prof. Dr. Antônio Renildo Santana Souza

Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

_____

Prof. Dr. Bouzid Izerrougene

Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, à tia Graça e minha família, pelo apoio e pelos esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao Professor Orientador Dr. Henrique Tomé da Costa Mata, pelas oportunidades e ensinamentos, fundamentais para elaboração deste trabalho.

À Camila, Ana Paula, Roberta, Rodrigo, Vitor, e todos os amigos que fiz durante o curso, pela amizade que construímos e pelos momentos que passamos juntos durante esses anos.

À Giulia e Indiana, que compartilharam não apenas momentos felizes, mas que contribuíram em momentos difíceis.

À Bárbara e Cristiane pelo apoio, aprendizado e experiências.

A todos aqueles que colaboraram, direta ou indiretamente, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em um contexto de reivindicações dos produtores rurais familiares diante da escassez de crédito e da crise pela qual o País passava. Desde então, a agricultura familiar ganhou espaço tanto na literatura quanto na burocracia estatal. Esta monografia, desta forma, objetiva analisar o padrão de distribuição dos recursos do programa no estado, conforme as modalidades de crédito oferecidas. A análise dos dados será feita tomando como base a agregação dos municípios em Territórios de Identidade, com o questionamento central acerca da existência de concentração em um território em detrimento do outro.

Palavras-chave: Agricultura familiar. PRONAF. Territórios de identidade. Bahia.

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	6
2	**METODOLOGIA**	9
3	**QUADRO REFERENCIAL TEÓRICO**	11
3.1	IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O DESENVOLVIMENTO	11
3.2	AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA BAHIA	17
3.3	O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): FUNDAMENTOS E CARACTERÍSTICAS	21
4	**RESULTADOS DO PRONAF AGREGADOS POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE**	26
4.1	CURVAS DE LORENZ COMO MEDIDA DE CONCENTRAÇÃO DE CATEGORIAS DE FINANCIAMENTO DO PRONAF	26
4.2	ANÁLISE DOS MOTIVOS DA FALTA DE FINANCIAMENTO	31
4.3	RELAÇÃO ENTRE INDICADORES ECONÔMICOS AGREGADOS E O VALOR ADICIONADO DA AGROPECUÁRIA	36
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	41
	REFERÊNCIAS	43
	ANEXOS	47

1 INTRODUÇÃO

A importância da agropecuária no Estado da Bahia é bastante evidente como fator de desenvolvimento sustentável. Entretanto, em consonância com a história da agropecuária brasileira, a agricultura familiar sempre foi colocada no plano secundário e marginalizado, em decorrência do nível de subsistência a que sempre esteve associada e, principalmente, a sua baixa importância em termos de geração de lucros capitalistas.

Este aspecto secundário se deveu à interpretação natural de sistemas de reprodução econômica no capitalismo agrário no Brasil, em que durante todo o processo de modernização conservadora da agricultura, os maiores beneficiários desses estímulos de modernização no meio rural foram dirigidos aos produtores, regra geral de produtos comerciais. Essas políticas foram quase sempre baseadas nos fundamentos de abundância de crédito, em investimentos em pesquisa e desenvolvimento e assistência técnica, que ocasionaram um elevado padrão de concentração de renda na agricultura.

No início da década de 1990, período anterior à instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o mercado brasileiro fora dominado por um processo dinâmico de abertura econômica e a agropecuária se viu, assim, diante de um cenário de concorrência internacional, inicialmente nefasto para o setor agrícola brasileiro. Ao mesmo tempo em que o crédito rural se tornou escasso e, simultaneamente, a inflação representava importante problema social e macroeconômico, o processo de desestatização a que o Estado brasileiro estava inserido conduziu à desativação de uma importante instituição de assistência técnica no meio rural, designada de Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - Embrater.

A literatura vem atribuindo grande importância à questão dos créditos e financiamento do desenvolvimento em nível cada vez mais local e regional, porque são nesses limites espaciais e territoriais onde os efeitos da intervenção de políticas públicas se mostram mais efetivos junto aos cidadãos. É nesta perspectiva que J. M. Keynes levantou o debate fiscal sobre o papel dos agentes e fontes de financiamento como fator de desenvolvimento. Para Keynes, o problema do financiamento do desenvolvimento consistia em duas abordagens fundamentais:

definição de fonte de recursos líquidos (*finance*) e localização da fonte de financiamento (*funding*). Em meio a esse contexto de financiamento do desenvolvimento e, juntamente com o reconhecimento da importância da produção familiar para a manutenção da renda rural e as restrições associadas ao problema do êxodo, as organizações dos agricultores familiares passaram a reivindicar um programa específico de políticas públicas de crédito, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e a geração de renda para os pequenos produtores familiares.

Por outro lado, um novo recorte espacial muito usado no sistema de planejamento do desenvolvimento sustentável no Estado da Bahia, tem sido a recorrência ao conceito de Território de Identidade, geralmente concebido como um novo instrumento de inserção sócio-espacial. Em vista disso, o panorama da agricultura familiar no Estado também poderá ser avaliado dentro deste novo recorte.

Por parte do Governo Federal, a justificativa para a implementação de um programa desta natureza estava muito próxima das preferências da organização interna do Setor Agricultura Familiar, cuja finalidade visava o fortalecimento da produção familiar via mecanismos financeiros e creditícios, capacitação e apoio à infra-estrutura social e econômica de localidades e regiões fortemente caracterizados pela agricultura familiar.

Desta forma, esta monografia tem como objetivo geral analisar o padrão de distribuição dos financiamentos do PRONAF no Estado da Bahia dentro dos limites do novo conceito sócio-espacial dos Territórios de Identidade. Como objetivos específicos, o trabalho visa analisar o padrão de concentração de algumas categorias de financiamento do PRONAF recorrendo aos indicadores de concentração de Lorenz; analisar os principais motivos pelos quais unidades de produção não obtiveram financiamento e avaliar a relação entre indicadores econômicos agregados e o valor adicionado da agropecuária.

Esta monografia se divide em três etapas principais, além dessa introdução. O quadro referencial teórico trata inicialmente da importância da agricultura familiar e faz a sua descrição, em contraposição com a agricultura patronal. Em seguida, é feita uma descrição do PRONAF, tratando do marco histórico para sua criação, objetivos e características

operacionais do programa. Por fim, analisa-se o padrão distributivo de seus recursos nos Territórios de Identidade do estado da Bahia.

2 METODOLOGIA

Como método de pesquisa, objetiva-se tecer uma análise qualitativa do tema, com fundamentação no referencial teórico desta monografia e uma análise quantitativa, com base nos dados coletados. Juntamente com a base teórica, a análise dos dados possibilitará a inferência de conclusões, com base na análise de concentração das informações analisadas através da plotagem da curva de Lorenz por meio de gráfico de dispersão.

A curva de concentração de Lorenz consiste em um gráfico que ilustra a desigualdade na distribuição de um conjunto de dados e será utilizada para representar a distribuição relativa dos das variáveis diante do conjunto de dados. Cada ponto da curva representa a percentagem cumulativa das observações e os coeficientes podem variar de “0” a “1”, sendo “0” indicativo de menor concentração e “1” de concentração máxima em relação aos outros dados. Na análise gráfica, quanto mais próxima da curva de igualdade (linha diagonal de 45º que parte da origem do gráfico) estiver a curva de Lorenz, melhor é a distribuição equitativa dos dados.

Os principais dados utilizados nesta monografia são provenientes do Censo Agropecuário do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2006. Também foram consultados, de forma secundária, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI), a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário (SEBRAE) e Banco Central do Brasil (BACEN).

Na agregação dos dados, considerou-se que o território brasileiro passou por diversos processos de regionalização, visando o planejamento econômico e a redução das desigualdades. Recentemente, no Estado da Bahia, houve uma mudança metodológica na divisão territorial, rompendo com as Regiões Administrativas e Regiões Econômicas. A nova divisão espacial, os Territórios de Identidade, é concebida como de caráter dinâmico, resultante do processo sócio-histórico de ocupação regional e produção material e imaterial. Esta mudança de delimitação física se deve à necessidade de se adotar um padrão em consonância com as características culturais de cada município, destacando as especificidades

de cada espaço e de se aproveitar nichos de mercado e fontes de financiamento voltadas a esta tendência. Ao adotar uma nova forma de organização do espaço produtivo, o Estado da Bahia buscou reformular a identidade local, valorizando o patrimônio cultural e natural através desse projeto de desenvolvimento, que resultou em um novo tipo de territorialidade.

Assim, uma vez identificadas as principais fontes de dados secundários, o tratamento das informações leva em conta a agregação por Territórios de Identidade, com definição do percentual de participação de cada território.

3 QUADRO REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O DESENVOLVIMENTO

A importância da agropecuária no Brasil é reconhecida desde sua colonização e a herança histórica brasileira contribuiu para que o setor da produção familiar fosse marginalizado, sendo, em grande parte, dependente dos benefícios oferecidos pelas políticas agrícolas. Os grandes e médios produtores foram os principais beneficiários dos estímulos governamentais para o meio rural, transfigurando um modelo de desenvolvimento excludente e privilegiador. Não obstante, no processo de modernização da agricultura, intensificado a partir da década de 1960, as políticas públicas para a área rural privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva de commodities, voltada para o mercado internacional (ABRAMOVAY, 2003).

Isto ocorreu, em grande parte, porque o setor consolidado da agricultura era capaz de oferecer contrapartidas reais às fontes de financiamento e, mesmo apresentando projetos viáveis, o segmento familiar não apresentava condições de competir com o segmento consolidado. Desta forma, ao passo em que a agricultura comercial produzia culturas voltadas para a exportação, com maior valor agregado, a agricultura familiar no Brasil, sempre esteve mais voltada à subsistência ou a cultivos alimentares dirigidos ao abastecimento interno (agronegócio familiar).

A agricultura passou a ser vista como categoria expressiva no espaço agrário brasileiro a partir da década de 1990, tendo em vista que cerca de 90% dos municípios do Brasil encontravam na atividade agrícola a base econômica e, sendo a agricultura familiar correspondente a maioria desses estabelecimentos, empregando cerca de 80% da População Economicamente Ativa (PEA) agrícola. No mesmo sentido, as pesquisas acadêmicas buscavam compreender o papel exercido por esse segmento social na estrutura político-econômica do País e sugerir formas de inserção das parcelas ainda excluídas do processo de desenvolvimento.

Dado que o modelo de desenvolvimento rural implantado no Brasil apostava na superioridade técnica da grande propriedade, um estudo realizado em parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (INCRA) forneceu marco teórico para a criação de um novo modelo de desenvolvimento rural para o país (AQUINO *et al.* 2003). A síntese desses dados foi publicada em 1995, sendo intitulada “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável”.

> Um ponto importante dessa nova proposta de estratificação dos estabelecimentos agropecuários é que ela apresenta como ponto de partida o regime de trabalho prevalecente utilizado na propriedade (familiar ou assalariado), e não na extensão de área. (SILVA, 2008).

Foi decisiva para a formação do conceito de agricultura familiar a divulgação desse estudo realizado no âmbito do um convênio de cooperação técnica entre a FAO e o INCRA, que definiu a agricultura familiar a partir de três caracteríticas principais : 1) gestão da unidade produtiva e dos investimentos nela realizados por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; 2) a maior parte do trabalho deve ser fornecida pelos membros da família; 3) a propriedade dos meios de produção (nem sempre da terra) pertence à família e, é em seu interior que se realiza sua transmissão, em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Desta forma, como resultado desta pesquisa, estabeleceu-se uma subdivisão no interior da agricultura familiar, sendo a renda monetária bruta (RMB) dos estabelecimentos o principal elemento de diferenciação, medida em salários mínimos. Foram especificadas, então, três categorias: agricultura familiar consolidada, agricultura familiar de transição e agricultura familiar periférica/subsistência, tendo o setor consolidado a maior RMB. Foi com base nessa divisão que se delimitou o público alvo das políticas governamentais para a agricultura.

Dentro dessa perspectiva, o desafio das políticas públicas, nesse sentido, seria o aumento de oportunidades dentro da agricultura, juntamente com o incremento da produtividade e, conseqüentemente, da RMB. Isso não se aplicaria a todos os produtores, mas apenas aos agricultores em transição, com a finalidade de torná-los agricultores consolidados. Essa estratégia, como se percebe, demonstra-se excludente, no que diz respeito aos agricultores periféricos e às regiões mais pobres.

Essa síntese de dados confrontava os modelos de produção patronal e familiar, apontando o fato de que, apesar de contar com 75% da área dos estabelecimentos, a produção patronal era responsável por somente 20% da mão-de-obra empregada nos estabelecimentos agrícolas brasileiros, no período considerado. Já o segmento familiar representava 6,5 milhões de

estabelecimentos (93%) e, além de ser responsável por significativa parcela da produção alimentícia para o mercado interno, também era o segmento que mais empregava no campo (80%), embora detenha apenas 25% da área cultivada (CORRÊA *et al*., 2008).

É nesse contexto que o termo agricultura familiar se consolida e se difunde, materializando-se em políticas públicas e na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em contraposição aos projetos com enfoque setorial, com preocupação central na expansão da produção através da agregação de tecnologia e enfoque na competitividade dos Complexos Agroindustriais, foi dado enfoque aos aspectos sócio-ambientais do desenvolvimento.

Tais evidências foram utilizadas como justificativa para a promoção da agricultura familiar como vetor de desenvolvimento rural no Brasil. Segundo o relatório FAO/INCRA, para que se possa

> [...] simultaneamente promover o sucesso econômico dos agricultores familiares que já dispõem de condições básicas à atividade empresarial e minimizar a marginalização dos que se encontram em situações problemáticas, a estratégia governamental para a agropecuária precisa estar baseada numa delimitação do público alvo a ser atendido prioritariamente. (CORRÊA *et al*. 2008, p.8).

Outro fator apontado como essencial na defesa da agricultura familiar como vetor de desenvolvimento é o fato desta atividade ser responsável por importante parte da produção de gêneros alimentícios da dieta básica da população brasileira. A Tabela 1 aponta os percentuais da produção dos principais gêneros cultivados no Brasil, advindos dos estratos até 100 hectares (agricultura familiar) e com mais de 100 hectares (agricultura patronal). Com exceção do cacau, café, fumo, frangos e leite, o que se observa é que as culturas que têm predominância da agricultura familiar em sua produção são basicamente voltadas para o mercado interno, assegurando a segurança alimentar da população.

Tabela 1 – Brasil - Percentuais da produção advindos dos estratos até 100 ha e mais de 100 ha

PRODUTOS	**<100 (FAMILIAR)**	**>100 (PATRONAL)**	**MERCADO RELEVANTE**
ALGODÃO	44,5	55,6	EXTERNO
AMENDOIM	76,3	23,7	INTERNO
ARROZ	29,1	70,9	EXTERNO
BATATA	63,2	36,8	INTERNO
CACAU	55,9	44,1	EXTERNO
CAFÉ	54,3	45,7	EXTERNO
CANA	12	88	EXTERNO
CEBOLA	93,5	6,5	INTERNO
FEIJÃO	71	29	INTERNO
FUMO	98,4	1,6	EXTERNO
LARANJA	37,5	62,5	EXTERNO
MANDIOCA	85	15	INTERNO
MILHO	44,4	55,5	INTERNO
SOJA	25	75	EXTERNO
SISAL	82	18	INTERNO
TOMATE	67,3	32,7	INTERNO
TRIGO	45,4	54,6	EXTERNO
UVA	90,7	9,4	INTERNO
BOVINOS	23,5	76,6	EXTERNO
SUÍNOS	81,2	18,8	INTERNO
FRANGOS	80,7	19,3	EXTERNO
LEITE	55,4	44,6	EXTERNO

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do IBGE, 2011

Como pode se observar na Tabela 2, as culturas do fumo, mandioca e feijão despontam como quase que exclusivas da produção familiar. Chamam atenção também os percentuais alcançados na pecuária de pequenos animais.

Tabela 2– Percentual do Valor Bruto da Produção de gêneros produzidos em estabelecimentos familiares no Brasil

PRODUTO	PARTICIPAÇÃO DO VBP TOTAL
FUMO	97%
MANDIOCA	84%
FEIJÃO	67%
SUÍNOS	58%
PECUÁRIA LEITEIRA	52%
MILHO	49%
AVES/OVOS	40%
SOJA	32%
ARROZ	31%
CAFÉ	25%
PECUÁRIA DE CORTE	24%

Fonte : BRASIL, 2000

Examinando a questão pelo lado dos agricultores familiares, na Tabela 3, os produtos que mais contribuem para o seu Valor Bruto da Produção são pecuária leiteira, aves/ovos, pecuária de corte, milho e soja. É importante notar a discordância dessa cesta com a anterior, ou seja, os produtos que mais contribuem para a receita dos agricultores familiares não são aqueles os quais a maioria deles se dedica. Desta forma, observa-se que grande parcela do segmento da agricultura familiar executa atividades com menor valor agregado, ao passo que um percentual inferior dos agricultores familiares se dedica a cultivos de maior valor agregado.

Assim, percebe-se a necessidade de diversificação produtiva, agregação à cadeias produtivas (processo de verticalização) e beneficiamento da produção ; a adesão do produtor familiar a essas práticas ocasionaria sua maior inserção no mercado e, como consequência, o incremento de sua renda.

Tabela 3 – Participação de produtos selecionados no VBP total da agricultura familiar

PRODUTO	PARTICIPAÇÃO NO VBP DA AGRICULTURA FAMILIAR
PECUÁRIA LEITEIRA	13,3%
AVES/OVOS	10%
PECUÁRIA CORTE	9,5%
MILHO	8,7%

SOJA	7,4%
SUÍNOS	5,6%
MANDIOCA	5,5%
FUMO	4,2%
FEIJÃO	3,8%
CAFÉ	3,5%
ARROZ	2,7%
OUTROS	25,4%

Fonte : BRASIL, 2000

A opção pela agricultura familiar como vetor de desenvolvimento, desta forma, está intimamente relacionada com sua multifuncionalidade, ou seja, além de produzir alimentos e insumos, a produção familiar é responsável por mais de 80% da ocupação no campo, além de favorecer o uso de práticas produtivas mais equilibradas, do ponto de vista ambiental, seja pela menor incidência de insumos industriais ou pela preservação do patrimônio genético. O meio rural passa então a ser visto como fonte de melhoria da qualidade de vida.

Não obstante, a agricultura familiar está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, visto que torna viável uma melhor distribuição populacional no espaço físico quando comparada à agricultura comercial, geralmente relacionada com a monocultura. Assim, os principais objetivos de um programa de desenvolvimento rural podem ser resumidos na potencialização da produção familiar, garantindo a segurança alimentar, promovendo uso eficiente dos recursos locais, reduzindo o uso de insumos industriais e buscando novas relações entre mercado e organizações sociais.

O que se nota na literatura, quando se trata da discussão sobre a importância da agricultura familiar no processo de desenvolvimento, é que este setor sempre é lembrado pela segurança alimentar, com produção geralmente voltada para o auto-consumo e absorção do emprego, ou seja, é dado maior foco em funções de caráter social, em detrimento do econômico, tendo em vista a menor produtividade da atividade e a baixa incorporação tecnológica.

No entanto, é importante destacar que a produção familiar, além de atuar como fonte de recursos para as famílias menos abastadas e como redutora do êxodo rural, também contribui para a geração de riquezas. Esta atividade não se resume somente à produção agropecuária, mas deve-se observar também que há uma gama de atividades relacionadas à montante e a

jusante da agricultura familiar e que sem a produção familiar não poderiam ser executadas, tais como algumas indústrias e serviços ligados à cadeia produtiva.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA BAHIA

O estado da Bahia apresenta grande diversidade em sua produção familiar, tendo destaque a produção de frutas irrigadas na região do São Francisco, mandioca, feijão, algodão, fornecimento para a indústria de abate de aves e suínos e pecuária de corte e leite. No estado, o PIB de algumas cadeias produtivas industriais é atrelado à produção familiar, quais seja avicultura, suinocultura, fumo, laticínios e alguns processamentos vegetais.

O agronegócio como um todo no estado é bastante heterogêneo; na região Oeste, por exemplo, observa-se a aproximação da dinâmica produtiva do cerrado brasileiro, com um empreendimento patronal com incorporação de insumos modernos e tecnologia de ponta, ao passo que no sertão há predominância da produção familiar, dependente do regime de secas.

Tabela 4 – Número de estabelecimentos, área dos estabelecimentos e Valor Bruto da Produção (VBP), segundo categorias da agricultura no estado da Bahia

CATEGORIA	N.º ESTAB.	Nº ESTAB. (%)	ÁREA (ha)	ÁREA (%)	VBP (R$)	VBP (%)
FAMILIAR	665.831	87,43%	9.955.563	34,12%	898.473.925	38,55%
PATRONAL	95.697	12,57%	19.224.996	65,88%	1.431.996.148	61,45%
TOTAL	761.528	-	29.180.559	-	2.330.470.073	-

Fonte : IBGE, 2006

A Bahia é o estado brasileiro com maior número de agricultores familiares. Como se observa na Tabela 4, a agricultura familiar totaliza 87,43% dos estabelecimentos agropecuários no estado, contra 12,57% do setor patronal. No que tange à área ocupada por esses estabelecimentos, a agricultura patronal engloba 65,88% das terras, reflexo do tamanho das propriedades, em detrimento da proporção de estabelecimentos; o que se observa é uma relação inversamente proporcional entre número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos. Aponta-se também a magnitude do valor bruto da produção patronal (61,45%), resultante do maior valor agregado e maior produtividade da atividade, contra

38,55% de participação do VBP da agricultura familiar na composição do VBP total da agricultura na Bahia.

São diversos os fatores que contribuem para a heterogeneidade na distribuição de terras e da organização social. Entre eles, destacam-se características físicas, sociais e inerentes a cada sistema produtivo. Algumas culturas e criações dependem de técnicas que são mais bem adaptadas à produção familiar, a exemplo de produtos que demandam um maior montante de mão-de-obra; por outro lado, outros gêneros são produzidos de forma mais eficiente em maiores propriedades, quando o uso de mecanização se torna mais vantajoso.

Na tabela a seguir, observa-se o número de estabelecimentos da agricultura familiar em cada Território de Identidade do estado. Os territórios que se destacaram em concentração dessa modalidade de estabelecimento foram: Sisal, Semiárido Nordeste II, Sertão Produtivo e Irecê. Juntos, esses territórios totalizam quase 30% dos estabelecimentos familiares de toda a Bahia. Como características em comum entre essas localidades, temos a incidência de secas e a predominância da população rural. Nos outros territórios observados, a distribuição dos estabelecimentos é mais homogênea.

O que se infere desses dados é que na Bahia, embora haja certa concentração dos estabelecimentos em um pequeno número de territórios, em detrimento de outros, em geral, há uma distribuição homogênea do montante de estabelecimentos, com exceção do território Metropolitano de Salvador, onde praticamente não há produtores familiares, dada a concentração das atividades industriais e do setor de serviços nesta região.

Tabela 5 – Número de estabelecimentos e Mão-de-obra dos estabelecimentos agropecuários, com 14 anos ou mais – Agricultura Familiar – Territórios de Identidade – Bahia, 2006

Território de Identidade	**N.º de Estab. Agropecuários**	**N.º de Estab. Agropecuários (%)**	**Mão-de-obra Agricultura Familiar**	**Mão-de-obra Agricultura Familiar (%)**
IRECÊ	41.011	6,16%	113.263	6,02%
VELHO CHICO	31.256	4,69%	96.877	5,15%
CHAPADA DIAMANTINA	36.437	5,47%	104.867	5,57%
SISAL	58.238	8,75%	164.705	8,75%
LITORAL SUL	15.157	2,28%	35.919	1,91%
BAIXO SUL	22.048	3,31%	59.845	3,18%
EXTREMO SUL	13.912	2,09%	37.082	1,97%

ITAPETINGA	7.548	1,13%	18.634	0,99%
VALE DO JEQUIRIÇÁ	23.536	3,53%	63.683	3,38%
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	31.768	4,77%	104.805	5,57%
OESTE BAIANO	21.108	3,17%	69.904	3,71%
BACIA DO PARAMIRIM	21.984	3,30%	66.423	3,53%
SERTÃO PRODUTIVO	43.617	6,55%	123.620	6,57%
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	16.581	2,49%	45.124	2,40%
BACIA DO JACUÍPE	24.190	3,63%	63.422	3,37%
PIEMONTE DA DIAMANTINA	11.814	1,77%	29.903	1,59%
SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	55.761	8,37%	139.040	7,39%
AGRESTE DE ALAGOINHAS/ LITORAL NORTE	36.116	5,42%	93.972	4,99%
PORTAL DO SERTÃO	32.202	4,84%	98.699	5,24%
VITÓRIA DA CONQUISTA	38.513	5,78%	116.851	6,21%
RECÔNCAVO	28.542	4,29%	81.459	4,33%
MÉDIO RIO DAS CONTAS	10.459	1,57%	24.370	1,30%
BACIA DO RIO CORRENTE	20.321	3,05%	63.443	3,37%
ITAPARICA	8.412	1,26%	25.688	1,37%
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	13.359	2,01%	34.255	1,82%
METROPOLITANA DE SALVADOR	1.941	0,29%	5.958	0,32%
Total Bahia	**665.831**	**-**	**1.881.811**	**-**

Fonte: IBGE, 2006

Ainda na Tabela 5, descreve-se o montante da mão-de-obra dos estabelecimentos agropecuários empregada na produção familiar, com 14 anos de idade ou mais. O que se verifica é que o maior volume de mão-de-obra neste setor está concentrado nos territórios de Irecê (Canarana, com 10.954 pessoas ocupadas), Chapada Diamantina (Iraquara, Piatã, Seabra e Souto Soares, totalizando 35.836 pessoas ocupadas nos quatro municípios), Sisal (Cansanção, Conceição do Coité e Tucano, com o montante de 42.667 ocupados), Sertão do São Francisco (Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado e Remanso, com 86.418 ocupados), Sertão Produtivo (Caetité, Guanambi e Livramento de Nossa Senhora, com 37.782 ocupados), Semi-Árido Nordeste II (Cícero Dantas, Euclides da Cunha, Fátima, Paripiranga e Ribeira do Pombal, totalizando 66.402 ocupados nos 5

municípios) e Vitória da Conquista (com 11.088 ocupados do município de Vitória da Conquista).

O que se observa ao confrontar os dados de mão-de-obra e número de estabelecimentos nos Territórios de Identidade da Bahia é que há uma relação diretamente proporcional entre esses fatores, ou seja, a participação percentual de cada Território de Identidade no volume de mão-de-obra estadual e no número de estabelecimentos, em relação ao montante total do estado, é bastante próxima. Os Territórios de Identidade que em termos de mão-de-obra e número de estabelecimentos apresentaram a maior concentração do estado foram Irecê, Sisal, Sertão Produtivo e Semiárido Nordeste II, juntos representando, respectivamente, 29,83% do número de estabelecimentos e 28,73% da mão-de-obra, empregados na agricultura familiar na Bahia.

Os territórios que obtiveram destaque no volume de mão-de-obra empregada na produção familiar foram, quase em sua totalidade, os mesmos que apresentam maior valor adicionado pelo setor agropecuário em relação à indústria. Observa-se também que o território do Sisal, além de apresentar maior concentração de estabelecimentos, concentra também a maior concentração de mão-de-obra.

Vale ressaltar que uma das características principais da agricultura familiar é o uso intensivo de mão-de-obra e extensivo de máquinas e equipamentos; assim, pode-se inferir que de fato é esperado que haja uma relação diretamente proporcional entre uso de mão-de-obra e valor adicionado da atividade, como observado no estado da Bahia.

Contrapondo a mão-de-obra da agropecuária empregada na produção familiar no estado à mão-de-obra assalariada empregada no mesmo setor, verifica-se o total de 45.711 assalariados (13,40% em relação ao Brasil) e 1.881.811 produtores familiares. Ou seja, aproximadamente 25% dos produtores familiares na Bahia são assalariados. O total de ocupados na categoria familiar no estado da Bahia representa 15,27% da rubrica em relação ao montante nacional, apontando a importância dos postos de trabalhos criados pela produção familiar no estado.

Com base nos dados analisados, conclui-se que as maiores contribuições da agricultura familiar para o desenvolvimento do estado da Bahia dizem respeito ao volume de mão-de-obra empregada no setor, o que atua diretamente na manutenção de postos de trabalho e retenção da população nos municípios do estado; ao volume de produção voltado ao mercado interno e abastecimento da população e à manutenção da fonte de renda dos produtores rurais

do setor familiar. A agricultura familiar é praticada quase que de forma homogênea, em termos de dispersão espacial, em todo o território baiano e, por se tratar do estado brasileiro com maior montante de produtores familiares, o investimento no setor na Bahia se mostra como essencial para o desenvolvimento das potencialidades territoriais e melhoria da vida da população do estado.

3.3 O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): FUNDAMENTOS E CARACTERÍSTICAS

Tratando-se de políticas públicas, a consistência das ações e o desenvolvimento de idéias se ajustam à dinâmica dos debates na sociedade. Com a redemocratização em 1985 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, movimentos sociais organizados adquiriram destaque na realidade política da época, exigindo a garantia de novos direitos. Paralelamente, estudos apontavam para a abrangência da agricultura familiar no Brasil.

A institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) enquanto política pública é originária do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP[1]), em 1994, no governo Itamar Franco. Outro fator institucional de destaque foi a homologação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, que estabeleceu conceitos, princípios e instrumentos voltados para a formulação de políticas governamentais direcionadas ao segmento familiar e aos empreendimentos familiares rurais (MATTEI, 2001). Em 1996, através do Decreto Presidencial n.º 946, de 28 de junho, o PRONAF deixa de ser uma linha de crédito para se tornar um Programa Social do Governo, assumindo maior abrangência.

Regra geral, a busca pelo fortalecimento da agricultura familiar no Brasil está ligada às críticas das conseqüências ambientais e sociais do processo de modernização conservadora que ocorreu no País. Por outro lado, o argumento é reforçado pelo exemplo de desenvolvimento adotado por um grande número de países industrializados.

---

[1] Os recursos do PROVAP eram disponibilizados pelo BNDES. Os resultados do Programa foram restritos, principalmente pela dificuldade dos agricultores de atender às exigências do sistema financeiro.

O PRONAF surgiu com base em duas motivações centrais, uma referente ao plano político e outra de cunho econômico. No que tange ao plano político, a criação do referido programa representou a luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de trabalho, não somente a sensibilização por parte do Governo Federal para estabelecer políticas públicas para esse meio. No âmbito econômico, a finalidade central do programa é a promoção de crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores; o foco é dado para a parcela produtiva que anteriormente foi alijada das políticas públicas e encontrava grandes obstáculos para manter as atividades no campo.

As maiores inovações trazidas pelo programa foram o reconhecimento dos agricultores familiares como protagonistas de políticas públicas, a criação de um processo de negociação entre os agricultores e o Governo e o estabelecimento de um enfoque territorial para as políticas públicas, ressaltando o papel dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), criados por demanda do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais.

O PRONAF tem por objetivo o fortalecimento das atividades produtivas geradoras de renda para as unidades de produção familiares, de forma a integrá-las à cadeia produtiva do agronegócio e agregar maior valor ao seu produto e às propriedades. Isto é feito mediante a modernização do sistema produtivo e a profissionalização dos agricultores familiares. Para que este objetivo seja alcançado, o programa designa-se à concessão de apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da unidade familiar produtora rural, considerando-se atividades não-agropecuárias aquelas relacionadas ao turismo rural, à produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural (SEBRAE, 2011).

Os requisitos necessários para que se tenha acesso ao programa são: 1) exploração da terra na condição de proprietário, arrendatário, posseiro, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); 2) ter residência fixa na propriedade rural ou em aglomerado rural ou urbano próximo; 3) dispor de área inferior a quatro módulos fiscais[2]·; 4) ter renda bruta familiar[3] do último ano entre R$ 6 mil a R$ 110 mil, com pelo

---

[2] Unidade de medida expressa em hectare, calculada para cada imóvel a partir dos dados cadastrados no SNCR, gerenciado pelo INCRA e, quantificado na Legislação em vigor conforme Art. 4º da Lei n.º 8.629/93, com valor variável para cada município, podendo oscilar entre 5 e 100 hectares. Propriedades superiores a quatro módulos fiscais são classificadas como médias ou grandes (SEBRAE, 2011).

menos 70% da renda proveniente da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento, ou abaixo de R$ 6 mil, com pelo menos 30% da renda proveniente da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento, levando em consideração os respectivos rebates (descontos); 5) ter no máximo dois funcionários, dirigindo e trabalhando em seu estabelecimento com sua família, podendo fazer uso de mão-de-obra temporária em épocas de plantio e colheita.

A liberação de recursos financeiros se processa em todo território nacional, sendo o dinheiro repassado ao sistema bancário, que se responsabiliza por emprestá-lo aos agricultores a taxas inferiores às de mercado. A diferença entre as taxas de juros é coberta pelo Tesouro Nacional.

As modalidades de crédito do Programa são classificadas em diversas categorias, cada uma com especificidades no que tange a taxas de juros, limites de financiamento, bônus de adimplência, público-alvo e finalidades. Para ter acesso ao crédito é preciso obter nos sindicatos, no Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), emitida segundo a renda anual familiar, atividades exploradas, área da propriedade, o número de residentes do estabelecimento e a composição da força de trabalho. Enquadram-se como beneficiários do PRONAF indivíduos que integrem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu ajuste mediante a apresentação da DAP (MATTEI, 2001).

No que tange à concessão de crédito, este pode ser cedido de forma coletiva ou individual e, para atender a um grupo de produtores espacialmente concentrados, com características análogas de exploração agropecuária, pode-se formalizar a operação em um único instrumento de crédito, constando o montante e a finalidade do financiamento de cada um dos integrantes do grupo, assim como os recursos serão utilizados de forma individual.

As linhas de atuação do Programa envolvem financiamento da produção, financiamento de infra-estrutura e serviços municipais, capacitação e profissionalização dos agricultores familiares e desenvolvimento de pesquisa e desenvolvimento (P&D) rural (BRASIL, 1996). As fontes de financiamento foram ampliadas e, além do BNDES, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) assumiu o lugar de principal fonte de recursos. Outras fontes são os

---

[3] Ficam excluídos do cálculo de renda bruta anual benefícios sociais, aposentadorias e pensões decorrentes de atividades rurais.

Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), criados pela Constituição de 1988 com o intuito de favorecer regiões mais pobres.

Os créditos de custeio são destinados ao financiamento de atividades agropecuárias e não-agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização dos produtos, podendo contemplar também recursos para a manutenção da família do beneficiário, aquisição de animais destinados a produções necessárias à subsistência, compra de produtos de utilidade doméstica, construção ou reforma de instalações sanitárias e outros gastos indispensáveis ao bem-estar familiar (SEBRAE, 2011).

O financiamento de infra-estrutura e serviços municipais (créditos de investimento) se propõe a contribuir para melhor escoamento da produção, acesso a novas tecnologias e inserção competitiva dos agricultores no mercado. A capacitação e profissionalização dos agricultores familiares é feita por meio de cursos e treinamentos, recurso não só oferecido às unidades de produção, mas também a técnicos, conselheiros e lideranças municipais.

Do ponto de vista dos produtores, as maiores vantagens do PRONAF são a obtenção de financiamento com encargos adequados à realidade da agricultura familiar, o incremento da renda mediante aumento de produtividade e a garantia de recursos para a safra seguinte, no caso de produtores adimplentes. Para o Brasil como um todo, os benefícios trazidos pelo programa são refletidos na segurança alimentar, devido à garantia de oferta de alimentos, principalmente os que compõem a cesta básica da população, o estímulo à permanência do agricultor no campo e a capacitação da mão-de-obra atuante no segmento familiar.

Desta forma, as ações do PRONAF visam dotar a agricultura familiar de maior capacidade na compatibilização da produção para o auto-consumo e para o mercado. Além da geração e manutenção de ocupações, citados anteriormente, o programa se destaca também por permitir a diversificação das atividades rurais, assim como agregar maior valor à pequena produção.

No entanto, a concentração das linhas de crédito e infra-estrutura/serviços em municípios os quais a agricultura familiar tem maior capacidade de responder aos incentivos tende a orientar o PRONAF em direção aos agricultores familiares mais capitalizados, mais aptos a integrar os mercados agro-alimentares mais dinâmicos. Ao se atribuir o uso de tecnologias atrasadas como obstáculo primaz ao desenvolvimento da agricultura familiar, o problema acaba por ser reduzido a uma questão técnica; desta forma, orientar as propostas ao segmento interno da

agricultura familiar que apresenta melhores condições de superar esses entraves se mostra como opção mais viável.

Diante deste cenário, verifica-se que a existência de uma política pública voltada especialmente para a agricultura familiar não é condição suficiente para garantir a redução das desigualdades, muito menos estabelecer um novo padrão de desenvolvimento no campo. O que se tem observado é que a distribuição dos recursos se mostra desigual também dentro da agricultura familiar, o que não se mostra como uma falha na execução do programa, visto que, embora haja viés para os agricultores familiares com maior rendimento, ainda trata-se de agricultores familiares, que se enquadram no foco do programa.

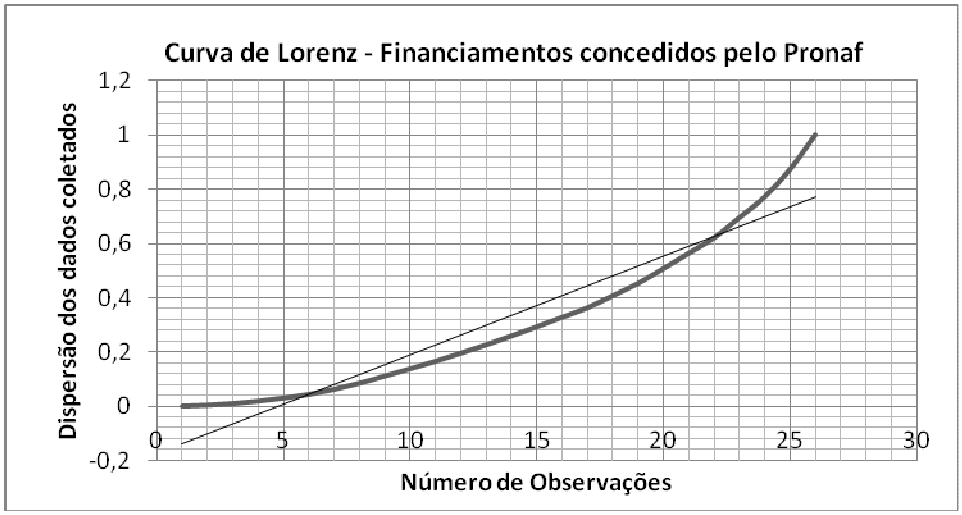
Uma política pública não pode ser utilizada como única fonte de extrair os indivíduos da situação que a faz necessária; esta deve ser posta em prática combinada com estratégias de longo prazo, com foco em resultados estruturais. O PRONAF tem sido responsável pela melhora das condições de produção e da vida do homem no campo; no entanto, o desenvolvimento territorial e rural não será alcançado de forma eficaz somente com base em financiamento governamental e políticas compensatórias. O programa ainda apresenta inúmeros gargalos no que diz respeito ao alcance das políticas, ao público efetivamente beneficiário e à predominância da modalidade crédito rural e custeio, em relação ao investimento.

4 RESULTADOS DO PRONAF AGREGADOS POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

4.1 CURVAS DE LORENZ COMO MEDIDA DE CONCENTRAÇÃO DE CATEGORIAS DE FINANCIAMENTO DO PRONAF

Com o intuito de analisar o padrão de dispersão dos dados secundários coletados, faz-se uso da Curva de Lorenz. O Gráfico 1 representa a curva de Lorenz da concentração dos estabelecimentos financiados pelo PRONAF entre os Territórios de Identidade da Bahia.

Gráfico 1– Curva de Lorenz - Número de estabelecimentos na Bahia financiados pelo PRONAF em 2006 – Territórios de Identidade



Fonte: Elaboração própria com base no IBGE, 2006

No Gráfico acima, a distância entre a curva de Lorenz e a linha de igualdade (linha de 45º) representa o nível de desigualdade entre territórios em termos de estabelecimentos financiados pelo PRONAF na Bahia.

A tabela a seguir traz o número de estabelecimentos no estado da Bahia financiados pelo PRONAF, com agregação dos dados a nível de Territórios de Identidade.

Tabela 6 – Número de estabelecimentos na Bahia financiados pelo PRONAF em 2006 – Territórios de Identidade

Território de Identidade	Financiamento PRONAF	Participação Percentual na Bahia	Coeficiente de concentração dos dados
IRECÊ	1.311	2,73%	0,16596
VELHO CHICO	3.566	7,42%	0,694722
CHAPADA DIAMANTINA	2.709	5,63%	0,563555
SISAL	2.629	5,47%	0,507217
LITORAL SUL	1.075	2,24%	0,085143
BAIXO SUL	1.287	2,68%	0,111908
EXTREMO SUL	900	1,87%	0,062786
ITAPETINGA	411	0,85%	0,019383
VALE DO JEQUIRIÇÁ	2.118	4,40%	0,407183
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	1.628	3,39%	0,293258
OESTE BAIANO	1.677	3,49%	0,328134
BACIA DO PARAMIRIM	2.181	4,54%	0,452541
SERTÃO PRODUTIVO	6.140	12,77%	1
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	1.481	3,08%	0,226562
BACIA DO JACUÍPE	1.579	3,28%	0,2594
PIEMONTE DA DIAMANTINA	306	0,64%	0,010835
SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	4.848	10,08%	0,872307
AGRESTE DE ALAGOINHAS/ LITORAL NORTE	1.433	2,98%	0,195762
PORTAL DO SERTÃO	1.288	2,68%	0,138695
VITÓRIA DA CONQUISTA	3.691	7,68%	0,771483
RECÔNCAVO	1.683	3,50%	0,363135
MÉDIO RIO DAS CONTAS	640	1,33%	0,044069
BACIA DO RIO CORRENTE	2.741	5,70%	0,62056
ITAPARICA	173	0,36%	0,004471
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	547	1,14%	0,030759
METROPOLITANA DE SALVADOR	42	0,09%	0,000873
Total Bahia	**48.084**	-	-

Fonte: IBGE, 2006

Ao tecer uma comparação entre as informações de financiamento, mão-de-obra e número de estabelecimentos da agricultura familiar, percebe-se que os Territórios de Identidade que apresentaram maior montante de mão-de-obra empregada no segmento familiar da agricultura

e maior número de estabelecimentos na atividade são aqueles que se destacam em termos de volume contratado de financiamento em termos de número de estabelecimentos, quais sejam Sisal, Sertão Produtivo e Semiárido Nordeste II.

Conforme pode se observar na Tabela 6, o território que obteve maior concentração de estabelecimentos com crédito proveniente do PRONAF na Bahia foi o Sertão Produtivo, com destaque para os municípios de Livramento de Nossa Senhora (818 estabelecimentos), Candiba (593 estabelecimentos), Pindaí (469 estabelecimentos) e Brumado (468 estabelecimentos). Fora deste território, os municípios que obtiveram maior montante de unidades produtivas financiadas pelo programa foram: Paripiranga, no Semiárido Nordeste II (1.359 estabelecimentos) e Tabocas do Brejo Velho, na Bacia do Rio Corrente (521 estabelecimentos). Os territórios que apresentaram menor concentração de estabelecimentos financiados pelo PRONAF foram o Metropolitano de Salvador, com apenas 42 estabelecimentos financiados pelo programa, seguido por Itaparica, Piemonte da Diamantina e Itapetinga.

Na Tabela 7 podem-se observar, dado o número de estabelecimentos financiados acima, as categorias de financiamento com maior participação no estado. Nota-se que o crédito para investimento é a forma de financiamento mais concedido na Bahia, sendo seguido pelo crédito de custeio.

Os territórios do Sertão Produtivo, Sisal e Vitória da Conquista foram os que apresentaram o maior número de estabelecimentos com financiamento para o investimento. O Sertão Produtivo também teve maior volume de estabelecimentos financiados para custeio no estado, ao passo que os territórios do Sisal e de Vitória da Conquista foram mais expressivos na categoria manutenção dos estabelecimentos. O crédito para comercialização é pouco expressivo no estado, em comparação às outras modalidades.

Tabela 7– Categorias de financiamento do PRONAF na Bahia, 2006 – Territórios de

Território de Identidade	Categorias de Financiamento			
	Comercialização	Custeio	Investimento	Manutenção do estabelecimento
BAHIA	**1.137**	**17.798**	**44.905**	**14.347**
IRECÊ	36	476	1.459	334
VELHO CHICO	21	1.462	2.545	617
CHAPADA DIAMANTINA	21	866	2.398	776
SISAL	92	853	3.322	1.451
LITORAL SUL	24	145	1.027	240
BAIXO SUL	17	371	1.360	371
EXTREMO SUL	15	249	826	146
ITAPETINGA	15	43	429	149
VALE DO JEQUIRIÇÁ	44	693	1.884	546
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	65	570	1.851	755
OESTE BAIANO	41	559	1.531	555
BACIA DO PARAMIRIM	22	474	2.260	509
SERTÃO PRODUTIVO	39	3.332	3.673	962
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	34	296	1.667	532
BACIA DO JACUÍPE	45	388	2.136	847
PIEMONTE DA DIAMANTINA	30	119	466	213
SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	170	2.706	2.971	710
AGRESTE DE ALAGOINHAS/ LITORAL NORTE	66	682	1.654	612
PORTAL DO SERTÃO	65	499	1.987	976
VITÓRIA DA CONQUISTA	96	1.557	3.202	1.436
RECÔNCAVO	47	680	1.924	571
MÉDIO RIO DAS CONTAS	18	110	590	168
BACIA DO RIO CORRENTE	54	411	2.611	494
ITAPARICA	8	109	226	96
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	50	145	848	257
METROPOLITANO DE SALVADOR	2	3	58	24

Fonte: IBGE, 2006

Descritos os territórios e seus respectivos municípios que apresentaram maior destaque no que tange ao volume de financiamento do PRONAF no estado, pode-se analisar, no Quadro 1, a evolução do montante de recursos disponibilizados no estado da Bahia. Entre as fontes de recursos identificadas no estado, tem-se: bancos, cooperativas de crédito, comerciantes de matéria-prima, fornecedores, empresas integradoras, ONGs, parentes e amigos como agentes financeiros responsáveis pelo financiamento, no caso das fontes não provenientes do PRONAF. As linhas de ação presentes na Bahia são: financiamento da produção da agricultura familiar, infra-estrutura e serviços nos municípios e capacitação e profissionalização de agricultores familiares (BAHIA, 2010).

Quadro 1 – Financiamentos Rurais Concedidos no País pelo PRONAF – Fontes de Recursos, Atividade e Finalidade – Bahia, 2006 a 2010

	Agricultura			
	Custeio		**Investimento**	
Ano	**Contrato**	**Valor**	**Contrato**	**Valor**
2006	26.379	81.642.744,06	45.569	79.326.462,28
2007	22.195	77.826.660,91	35.579	67.617.500,30
2008	22.031	81.300.139,29	19.709	48.481.988,26
2009	18.022	83.654.236,61	19.280	63.502.121,79
2010	13.320	67.666.299,89	17.280	64.832.550,07
	Pecuária			
Ano	**Custeio**		**Investimento**	
	Contrato	**Valor**	**Contrato**	**Valor**
2006	11.051	30.142.193,53	212.519	214.554.938,49
2007	11.249	29.704.237,51	118.139	142.401.519,42
2008	9.296	28.380.538,43	71.957	103.966.932,18
2009	12.442	31.136.615,32	88.648	133.390.873,26
2010	12.151	29.572.656,19	88.799	164.607.782,97

Fonte: BACEN, 2011

Em 2006, o número de contratos de custeio agrícola no estado totalizou 26.379, caindo anualmente, até atingir o patamar de 13.320 contratos em 2010, representando uma queda de 49,51% de financiamentos contratados e com uma redução de R$ 13.976.444,17 do volume de recursos concedidos para custeio agrícola.

No que tange ao crédito de investimento agrícola, a redução do número de contratos foi de 62,08%, com uma queda drástica do volume de recursos de 2006 a 2008 (período em que houve do valor do custeio agrícola), com retomada do aumento em 2009 e 2010; ainda assim,

o valor dos financiamentos concedidos para investimento foi reduzido em R$ 14.493.912,21, sinalizando uma queda maior de fontes de investimento em relação aos recursos de custeio.

Na pecuária, observou-se tendência contrária nos contratos de custeio, com aumento de 1.100 operações contratadas. No entanto, o valor dos contratos decaiu de R$ 30.142.193,53 para R$ 29.572.656,19, com uma variação negativa de R$ 569.537,34. No que concerne ao investimento pecuário, houve uma queda brusca no número de operações contratadas, com uma variação de 58,22%, com redução de R$ 49.947.155,50 no valor contratado.

Com base nesses dados, chega-se à conclusão de que, nos últimos anos, registra-se queda não só no número de contratos de crédito firmados pelo PRONAF com os agricultores familiares, mas também, queda no valor contratado em cada operação, tanto na pecuária como na agricultura. Configura-se então uma tendência de redução do financiamento governamental da produção no setor familiar da agropecuária, o que pode ser resultado de inúmeros fatores, que serão analisados adiante.

4.2 ANÁLISE DOS MOTIVOS DA FALTA DE FINANCIAMENTO

Entre os municípios da Bahia com estabelecimentos agropecuários de produção familiar sem financiamento, destacam-se Anagé, Angical, Aracatu, Caetité, Carinhanha, Casa Nova (867 estabelecimentos sem crédito), Cocos, Coribe, Correntina, Curaçá, Guanambi, Ipirá, Itaberaba, Jacaraci, Oliveira dos Brejinhos, Pilão Arcado (504 estabelecimentos sem crédito), Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Serra do Ramalho, Tucano, Uauá, Vitória da Conquista e Xique-Xique[4].

[4] Ver anexo A.

Tabela 8 – Número de estabelecimentos agropecuários (Agricultura Familiar) que não obtiveram financiamento, por motivo da não obtenção do financiamento – Territórios de Identidade – Bahia, 2006

Território de Identidade	Nº Estabelecimentos/ Motivo					
	Problemas Institucionais	Problemas Institucionais (%)	Insegurança quanto à inadimplência	Insegurança quanto à inadimplência (%)	Desnecessidade	Desnecessidade (%)
IRECÊ	5.839	10,201%	14.406	7,321%	18.479	5,49%
VELHO CHICO	3.441	6,01%	10.595	5,385%	12.859	3,82%
CHAPADA DIAMANTINA	3.006	5,25%	11.957	6,08%	17.553	5,214 %
SISAL	4.103	7,17%	15.989	8,13%	32.693	9,712 %
LITORAL SUL	1.253	2,19%	3.333	1,69%	9.204	2,734 %
BAIXO SUL	2.693	4,70%	7.539	3,83%	9.714	2,886 %
EXTREMO SUL	1.633	2,85%	3.217	1,63%	7.845	2,331 %
ITAPETINGA	667	1,17%	1.991	1,01%	4.277	1,271 %
VALE DO JEQUIRIÇÁ	2.067	3,61%	8.534	4,34%	9.851	2,926 %
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	6.151	10,75%	8.700	4,42%	13.866	4,119 %
OESTE BAIANO	1.622	2,83%	7.409	3,77%	9.517	2,827 %
BACIA DO PARAMIRIM	790	1,38%	6.188	3,14%	11.836	3,516 %
SERTÃO PRODUTIVO	2.314	4,04%	11.878	6,04%	21.615	6,421 %
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	1.249	2,18%	5.104	2,59%	7.953	2,363 %
BACIA DO JACUÍPE	1.146	2%	7.153	3,64%	12.692	3,77%
PIEMONTE DA DIAMANTINA	1.643	2,87%	3.421	1,74%	5.968	1,773 %
SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	4.934	8,62%	11.669	5,93%	32.805	9,745 %
AGRESTE DE ALAGOINHAS / LITORAL NORTE	3.168	5,53%	9.618	4,89%	20.421	6,066 %
PORTAL DO SERTÃO	1.873	3,27%	9.530	4,84%	17.405	5,171 %
VITÓRIA DA	1.825	3,19%	11.363	5,77%	19.285	5,729

CONQUISTA						%
RECÔNCAVO	1.715	3%	9.818	4,99%	13.867	4,119 %
MÉDIO RIO DAS CONTAS	667	1,17%	3.806	1,93%	5.139	1,527 %
BACIA DO RIO CORRENTE	1.151	2,01%	6.872	3,49%	8.809	2,617 %
ITAPARICA	1.046	1,83%	2.244	1,14%	4.692	1,394 %
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	1.064	1,86%	4.107	2,09%	6.925	2,057 %
METROPOLITANO DE SALVADOR	180	0,31%	323	0,16%	1.351	0,401 %
TOTAL BAHIA	**57.240**	**-**	**196.764**	**-**	**336.621**	**-**
TOTAL BRASIL	**357.447**	**-**	**969.525**	**-**	**2.259.393**	**-**
Proporção BAHIA/BRASIL	**16,01%**	**-**	**20,29%**	**-**	**14,90%**	**-**

Fonte: IBGE, 2006

Os motivos apontados como responsáveis pela falta de financiamento foram burocracia, falta de garantia pessoal, medo de contrair dívidas, a não necessidade, a falta de conhecimento acerca do acesso ao financiamento, inadimplência e outros motivos. As motivações apontadas foram agrupadas em três grupos principais, quais sejam: problemas institucionais (burocracia, não sabe como conseguir), insegurança quanto à adimplência (falta de garantia pessoal, medo de contrair dívidas, falta de pagamento do empréstimo anterior), desnecessidade (não precisou e outros motivos).

Com base na tabela acima, pode-se afirmar que no estado da Bahia o principal motivo alegado pelos produtores como central para a não obtenção de financiamento é a falta de necessidade do mesmo. Tanto no Brasil quanto na Bahia, a maioria dos estabelecimentos agropecuários da produção familiar que não têm acesso ao crédito, alega que não houve necessidade. O segundo fator alegado pelos produtores como essencial para a não obtenção do financiamento foi a insegurança quanto à inadimplência e, em terceiro lugar apontam-se problemas institucionais.

Os territórios de Irecê, Sertão do São Francisco e Semiárido Nordeste II, juntos representam 29,57% dos produtores do estado que não tiveram acesso ao crédito devido à problemas de cunho institucional. No que diz respeito à insegurança acerca da liquidez e insolvência dos produtores, os territórios do Sisal, Irecê, Sertão Produtivo, Semiárido Nordeste II, Vitória da Conquista, Velho Chico e Chapada Diamantina somam 44,66%.

A motivação preponderante no estado da Bahia para a ausência de financiamento, a desnecessidade, foi alegada majoritariamente nos seguintes territórios: Sisal, Sertão Produtivo, Semiárido Nordeste II, Agreste de Alagoinhas, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Irecê e Chapada Diamantina; juntos, esses territórios de identidade totalizaram 53,55% das respostas.

Assim, observa-se que os territórios onde os produtores encontram maior dificuldade para obtenção de financiamento são: Irecê, Sertão do São Francisco, Semiárido Nordeste II, Sisal, Sertão Produtivo, Vitória da Conquista e Chapada Diamantina. Esses mesmos territórios são aqueles que obtiveram destaque em termos de volume de produtores sem necessidade de financiamento. Desta forma, pode-se inferir que nos territórios citados acima, há uma estrutura heterogênea dentro do segmento de agricultura familiar, com produtores mais consolidados sem necessidade de fontes adicionais de renda para custeio das atividades e produtores que não apresentam contrapartidas reais para as instituições fornecedoras de crédito, deparando-se com a dificuldade para pleitear financiamento. São esses mesmos territórios que se destacam em termos de mão-de-obra, número de estabelecimentos e pleitos de financiamento.

Conforme dados da Secretaria de Agricultura Familiar (BRASIL, 2010), os grupos que têm recebido maior montante de recursos são PRONAF D (PRONAF Variável) e C, explicitando a concentração de recursos nas faixas de renda mais elevadas. No caso do PRONAF B, voltado para agricultores mais pobres, o volume de recursos foi muito inferior. Quanto ao número de contratos, os grupos de maior abrangência são aqueles com menor volume de recursos, ou seja, embora as faixas de renda mais elevada contratem um número menor de financiamento, o valor dos contratos é muito superior ao valor contratado pelos agricultores de faixa de renda inferior.

Mattei (2001) atribui esse desequilíbrio ao “peso econômico e às pressões políticas das agroindústrias [...] sobre os órgãos responsáveis pela alocação dos recursos financeiros”. Destaca-se também que agricultores familiares de diferentes territórios e municípios do estado apresentam diferentes níveis de organização. De fato, o perfil dos agricultores familiares, não só no estado da Bahia, mas também no Brasil, é bastante divergente, configurando uma estrutura social bem diferenciada. Os produtores consolidados parecem estar mais integrados

ao mercado, ao passo que os agricultores familiares periféricos ainda produzem para o próprio consumo, sendo desarticulados e com baixa inserção no mercado.

Desta forma, municípios de destaque na atividade agropecuária acabam por concentrar o crédito nos grupos de renda mais elevada, apontado para uma maior capacidade de obtenção de financiamento, com excedente de produção para comercialização, o que favorece a integração ao mercado.

Apesar destes resultados, o programa tem se mostrado eficaz na manutenção e estabilização do emprego, contendo o êxodo rural através do estímulo à criação e manutenção de renda no meio rural, assegurando, desta forma, condições de permanência do produtor no campo. Porém, verifica-se também que, dado o número de estabelecimentos rurais na Bahia, uma parcela reduzida destes é realmente alcançada, ou seja, além de não atingir os agricultores de forma homogênea, o PRONAF tem possibilidade de obter maior abrangência.

O viés do Programa em favor de territórios mais abastados não significa que seus resultados sejam incoerentes com seu objetivo geral, haja vista que os beneficiários são de fato agricultores familiares, embora as faixas de renda sejam divergentes. No entanto, a concentração regional dos recursos reflete a distribuição espacial dos beneficiários potenciais do crédito rural, visto que os territórios que apresentaram maior concentração de pessoas ocupadas na agricultura familiar e maior número de estabelecimentos foram os mesmos que apresentaram maior volume de financiamentos concedidos.

A concentração regional do desenvolvimento propiciado pelo PRONAF é abordada pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como resultante da modernização tecnológica com vistas no aumento da produtividade em algumas localidades. Uma segunda abordagem preconiza a priorização de cultivos de alto valor agregado, a exemplo de frutas e hortaliças. A solução que vem sido apontada é associar a atividade agropecuária a uma diferenciação de marca ou de qualidade, a exemplo de produtos orgânicos, verticalização e introdução do processamento *dentro da porteira*, com vistas em tornar a distribuição do valor agregado, social e geograficamente mais equilibrada (MESQUITA, 2000).

São estas preocupações que devem nortear a orientação do apoio à agroindústria de pequeno porte, considerando-se a evolução das características da indústria agroalimentar no Brasil, que é lenta, ao passo que a mutação dos processos gerenciais é rápida e diversificada, apontando a

necessidade de apoio prioritário aos produtores no que tange às mudanças no processo produtivo, na apresentação dos produtos e nos procedimentos gerenciais (ALCOFORADO, 1998).

Estudos balizavam a necessidade de atenção às oportunidades de mercado para o desenvolvimento regional. Os obstáculos de gerenciamento requerem a profissionalização na função do gerente, ao passo que as barreiras tecnológicas diminuem a qualidade, produtividade e o valor agregado do bem final. Os obstáculos de caráter regulamentador exigem legislação adequada a este tipo de empreendimento e os impedimentos à comercialização, assim como número reduzidos de crédito para comercialização na Bahia, sinalizam a necessidade de conhecimento do mercado, do apoio à inserção das cadeias e oferta regular e diversificada (CARMO, 2000).

4.3 RELAÇÃO ENTRE INDICADORES ECONÔMICOS AGREGADOS E O VALOR ADICIONADO DA AGROPECUÁRIA

A Tabela 9 reúne o PIB (em R$ milhões) territorial do estado no ano de 2008. Os territórios que se destacaram em termos de Produto Interno Bruto foram: Litoral Sul (Ilhéus e Itabuna como municípios de maior destaque), Extremo Sul (Eunápolis e Mucuri), Oeste Baiano (Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério), Portal do Sertão (Feira de Santana), Recôncavo (São Francisco do Conde) e Metropolitano de Salvador (Camaçari, Candeias, Lauro de Freitas e Salvador).

Entre os municípios de maior destaque no PIB Baiano, Ilhéus teve 194 estabelecimentos financiados pelo PRONAF, Itabuna 95, Eunápolis 17, Mucuri 4, Barreiras 141, Luís Eduardo Magalhães 30, São Desidério 197, Feira de Santana 416, São Francisco do Conde 5, Camaçari 38 e nenhum estabelecimento financiado pelo PRONAF em Candeias, Lauro de Freitas e Salvador. Estes dados corroboram a defesa feita pela FAO o maior volume de crédito deveria se destinar aos produtores em transição, o que explica a baixa dotação de financiamentos em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães que, embora sejam reconhecidos pela importância da produção agrícola, são produtores consolidados de grãos no estado. Os outros municípios considerados, não têm a agricultura como atividade central e, devido a este fato, também têm baixa dotação de recursos de crédito do PRONAF, configurando-se uma relação inversa entre PIB e volume de financiamentos concedidos.

Tabela 9 – PIB (R$ Milhões) – Territórios de Identidade - Bahia, 2008

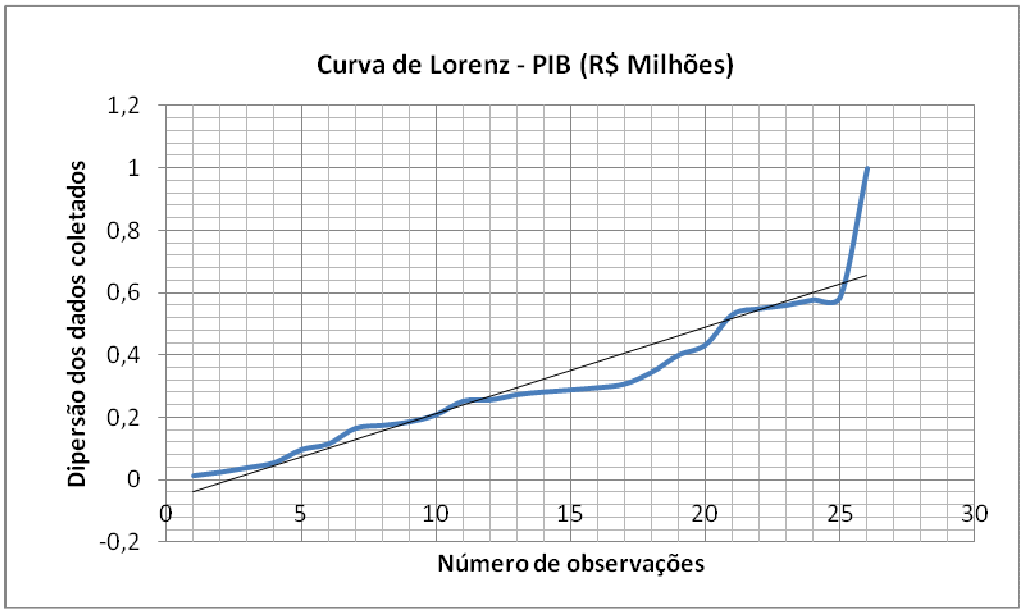
Território de Identidade	Produto Interno Bruto (R$ Milhões)	Participação (%)	Coeficiente de concentração dos dados
IRECÊ	1.452,23	1,20%	0,251867
VELHO CHICO	1.374,15	1,13%	0,184858
CHAPADA DIAMANTINA	1.755,91	1,45%	0,25577
SISAL	1.969,64	1,62%	0,272509
LITORAL SUL	5.098,79	4,20%	0,530882
BAIXO SUL	2.241,01	1,84%	0,295162
EXTREMO SUL	6.054,14	4,98%	0,560343
ITAPETINGA	1.188,35	0,98%	0,095884
VALE DO JEQUIRIÇÁ	1.327,63	1,09%	0,164152
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	2.838,65	2,34%	0,344893
OESTE BAIANO	5.303,47	4,36%	0,5494
BACIA DO PARAMIRIM	474,24	0,39%	0,011952
SERTÃO PRODUTIVO	2.033,98	1,67%	0,28178
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	1.126,43	0,93%	0,053922
BACIA DO JACUÍPE	747,53	0,62%	0,023261
PIEMONTE DA DIAMANTINA	878,57	0,72%	0,037712
SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	1.434,55	1,18%	0,20822
AGRESTE DE ALAGOINHAS/ LITORAL NORTE	4.608,15	3,79%	0,43339
PORTAL DO SERTÃO	6.705,75	5,52%	0,577968
VITÓRIA DA CONQUISTA	4.047,40	3,33%	0,40008
RECÔNCAVO	11.846,06	9,75%	0,588143
MÉDIO RIO DAS CONTAS	2.250,16	1,85%	0,306968
BACIA DO RIO CORRENTE	1.329,61	1,09%	0,173932
ITAPARICA	2.141,64	1,76%	0,287932
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	1.236,35	1,02%	0,114327
METROPOLITANA DE SALVADOR	50.044,09	41,19%	1
Total Bahia	**121.508,48**	**-**	**-**

Fonte: SEI, 2011

O que se observa no Gráfico 2 é uma estrutura diferenciada de concentração em relação aos outros Gráficos analisados; percebe-se que muitos territórios apresentaram valores próximos à

linha de igualdade e que o território Metropolitano de Salvador, representado pela observação n.º 26 se mostrou como *outlier*. Pode-se inferir a partir da análise deste Gráfico que poucos territórios são responsáveis por quase a totalidade do PIB estadual; nota-se também que os mesmos territórios que apresentaram maior PIB foram aqueles que obtiveram menor destaque em termos de número de estabelecimentos empregados na agricultura familiar e financiados por recursos do PRONAF.

Gráfico 2 – PIB (R$ Milhões) – Territórios de Identidade - Bahia, 2008



Fonte: Elaboração própria com base no IBGE, 2006

No Quadro 2, observa-se o valor adicionado por setor de atividade no PIB. Somente no território de Itaparica que o setor de serviços não foi o mais expressivo em termos de participação no PIB, com maior destaque para a indústria; isto se deve ao desempenho do valor adicionado pela indústria no município de Paulo Afonso. Os territórios que tiveram maior valor adicionado pela agropecuária em relação à indústria foram: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Vale do Jequiriçá, Oeste Baiano, Bacia do Paramirim, Piemonte do Paraguaçu, Semi-Árido Nordeste II, Vitória da Conquista e Bacia do Rio Corrente. Pode-se notar que entre os territórios de maior valor adicionado pela agricultura, o único que integrou

a relação de territórios com maior PIB foi o Oeste Baiano (4,36% do PIB estadual), o que se deve ao montante agregado pela agropecuária nos municípios de Barreiras (R$ Milhões 435,05), Formosa do Rio Preto (R$ Milhões 282,88), Luís Eduardo Magalhães (R$ Milhões 288,01), Riachão das Neves (R$ Milhões 128,19) e São Desidério (R$ Milhões 753,03).

Quadro 2 – Valor Adicionado por Setor de Atividade – Territórios de Identidade – Bahia, 2008

Território de Identidade	**Setor de Atividade**		
	Agropecuária	**Indústria**	**Serviços**
	VAB (R$ Milhões)	**VAB (R$ Milhões)**	**VAB (R$ Milhões)**
IRECÊ	220,92	131,07	1.022,95
VELHO CHICO	288,96	119,48	902,16
CHAPADA DIAMANTINA	603,10	137,62	941,62
SISAL	235,55	299,62	1.336,16
LITORAL SUL	322,32	861,67	3.382,37
BAIXO SUL	332,22	866,15	946,92
EXTREMO SUL	968,24	1.546,72	3.004,28
ITAPETINGA	138,76	246,76	692,61
VALE DO JEQUIRIÇÁ	311,01	103,00	845,80
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	472,79	613,49	1.565,99
OESTE BAIANO	1.987,69	588,66	2.310,22
BACIA DO PARAMIRIM	49,92	45,24	357,91
SERTÃO PRODUTIVO	242,59	333,57	1.317,03
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	187,85	106,04	767,20
BACIA DO JACUÍPE	81,56	90,93	541,19
PIEMONTE DA DIAMANTINA	89,98	144,53	588,05
SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	266,75	133,29	971,80
AGRESTE DE ALAGOINHAS/ LITORAL NORTE	377,64	1.740,72	1.949,22
PORTAL DO SERTÃO	212,32	1.127,87	4.337,59
VITÓRIA DA CONQUISTA	489,00	394,99	2.729,95
RECÔNCAVO	258,94	4.985,72	5.034,13
MÉDIO RIO DAS CONTAS	160,94	252,18	1.584,54
BACIA DO RIO CORRENTE	512,88	94,93	649,65
ITAPARICA	22,36	1.511,35	552,13
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	82,94	307,42	745,20
METROPOLITANA DE SALVADOR	73,97	12.747,05	27.787,41
Total Bahia	**8.991,20**	**29.530,07**	**66.864,08**

Fonte: SEI, 2011

Tecendo uma comparação com os dados acima analisados, o que se observa é que os municípios que obtiveram maior volume de financiamentos do PRONAF não são os mesmos que apresentam maior valor adicionado pela agropecuária do estado. Fora os municípios analisados com alto valor adicionado pela agropecuária, Juazeiro (Sertão do São Francisco), Barra do Choça (Vitória da Conquista) e Correntina (Bacia do Rio Corrente) também apresentaram bom desempenho; no entanto, também não têm um expressivo montante de estabelecimentos financiados pelo PRONAF.

Com base na análise do PIB e do valor adicionado por setor de atividade no estado da Bahia, o que se ressalta é que os Territórios de Identidade com maior PIB são aqueles que se destacam nos setores de serviços e indústria, com exceção do Oeste Baiano. Os territórios que têm a maior parte do valor adicionado ao PIB referente à agricultura, são os mais pobres do estado; esta situação se agrava quando se trata de territórios com maior participação da agricultura familiar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como base os dados analisados, observa-se que os estabelecimentos de produção familiar estão bem distribuídos entre os territórios do estado, embora haja um maior destaque para os territórios do Sisal, Sertão Produtivo, Semiárido Nordeste II e Vitória da Conquista. Quase 8% dos recursos disponibilizados pelo PRONAF são destinados ao estado da Bahia. Quanto ao volume de financiamento, o Sertão Produtivo foi o território que apresentou o maior número de estabelecimentos financiados pelo PRONAF. Ao analisar as categorias de recursos, nota-se que no estado da Bahia, a maior parcela dos recursos é voltada para o investimento na produção, sendo seguido pelo crédito rural e manutenção dos estabelecimentos. O financiamento da comercialização ainda não é muito expressivo no estado.

Há uma relação inversa entre o PIB e o volume de financiamento concedido, além do fato de que os territórios que obtiveram maior valor adicionado pela agricultura não são para os quais se destinam os maiores montantes de crédito. No caso da concentração da mão-de-obra empregada na agricultura familiar, observa-se também que os mesmos territórios que se destacaram no número de financiamento e estabelecimentos são os mais significativos. Quanto às unidades de produção que não acessaram o crédito, os principais motivos apontados foram o medo de contração de dívidas e a falta de necessidade.

Assim, os Territórios de Identidade que se mostraram mais importantes como destino de recursos do PRONAF na Bahia foram Sisal, Sertão Produtivo e Vitória da Conquista, os mesmos que apresentam o maior número de estabelecimentos empregados na pequena produção familiar e que não têm alto valor agregado pela agricultura, em relação a outros territórios. No entanto, muitos municípios de destaque, em termos dos dados analisados, não estão localizados nestes territórios; de fato, percebe-se que o entorno físico desses municípios tem perfil muito diferenciado, o que faz com que os territórios a que eles pertencem não se destaquem.

Com base na análise dos dados, o que se observa é que, no estado da Bahia, há concentração dos recursos do PRONAF em um pequeno número de territórios; aponta-se também que, diferentemente do proposto com a mudança metodológica da divisão física do estado, antigamente em Regiões Econômicas e hoje em Territórios de Identidade, as características

culturais e subjetivas dos municípios agregados em um determinado território não têm contribuído para o aproveitamento do entorno regional e alavancagem econômica do território como um todo. Aponta-se, de fato, o contrário: alguns territórios são vistos como abastados ao se efetuar uma análise agregada, no entanto, sua importância se deve ao destaque de um pequeno número de municípios. Assim, para se analisar mais precisamente, no estado da Bahia, os padrões de concentração propostos, é necessário que seja feito um diagnóstico a nível municipal, em lugar do territorial, devido a heterogeneidade notada dentro dos Territórios de Identidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. In: Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Fortaleza: MEPF / Governo do Ceará, Fortaleza, 1998.

_____. **Desenvolvimento e instituições:** a importância da explicação histórica. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001a.(Razões e ficções do desenvolvimento).

_____. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, dez. 2001b.

_____. **O futuro das regiões Rurais**. Rio de Janeiro, 2000. (Texto para discussão, n. 702).

_____. **Desafios para gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil.** Juiz de Fora: [S. n.], 2003a.

_____. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. In: COSSÍO, Maurício Blanco (Org.). **Estrutura agrária, mercado de trabalho e pobreza rural no Brasil.** São Paulo: EDUNESP, 2003b.

_____. (Org.). **A densa vida financeira das famílias pobres.** São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2004a.

_____. **Cooperativismo de crédito:** efeitos contraditórios de uma legislação restritiva. Brasília: SEBRAE, 2004b

_____. **O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro.** Brasília: SEBRAE 2004c.

ACOCELLA, Nicola. **The foundations of economic policy:** values and techniques. Cambridge: University Press, 1998.

ALBUQUERQUE, Francisco. **Desarrollo económico local y descentralizacion en América Latina.** In: CEPAL-GTZ. Desarrollo económico y descentralización: aproximación a un marco conceptual. Santiago, 2000.

ALCOFORADO, Ihering Guedes. **Desenvolvimento regional sustentável e competitivo:** o esboço de uma proposta para o Brejo Paraibano. João Pessoa: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.

AQUINO, Joacir Rufino; TEIXEIRA, Olívio Alberto; TONNEAU, Jean- Philippe. **PRONAF:** política agrícola discriminatória?! Uberlândia: [S. n.], 2004.

ACSELRAD, Henri. Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. In: FISHER, Tânia (Org.). **Território e poder** – a política das escalas. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

BACEN. **Anuários estatístico do crédito rural.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>. Acesso em: 03 maio 2011.

BANCO DO BRASIL. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, v. 13, n. 4, 2004.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO - BNDES. **Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Fundos/Fat/index.html>. Acesso em: 03 jun .2010.

BAHIA. Secretaria da Agricultura. **Plano agrícola e pecuário do Estado da Bahia 2010/2011.** Salvador, 2010. 24 p.

BAIARDI, Amílcar. Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e inserção no mercado internacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...**Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.** Brasília, 1996.

_____**Manual operacional do crédito rural PRONAF.** Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.PRONAF.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PRONAF.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/PRONAF>. Acesso em: 23 jun. 2010.

_____ **Plano de safra da agricultura familiar 2007/2008 –** desenvolvimento e inclusão social colhidos juntos. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/PRONAF . Acesso em: 23 jun. 2010.

_____**Plano de safra da agricultura familiar 2008/2009.** Disponível em: <http://www.seder.mt.gov.br/arquivos/A_4ac9cc8a6031a1380a9b3497bf31c590manual%20plano%20safra%202008%202009.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2010.

_____**Plano de safra da agricultura familiar 2009/2010.** Disponível em: <http://www.faespsenar.com.br/arquivos/pdf/gerais/faesp/eco/PoliticaAgricola/PlanodeSafra/Plano%20Safra%20Agricultura%20Familiar_2009_2010.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2010.

_____ **Plano de safra da agricultura familiar 2010/2011.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/>. Acesso em: 03 nov. 2010.

_____. Secretaria da Agricultura Familiar. **Manual de crédito rural (MCR).** Brasília, 2008.

BONNAL, P. ; MALUF, R.S. **Colóquio internacional sobre desenvolvimento territorial sustentável.** Santa Catarina, 2007.

BUAIANAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável:** questões para o debate. Brasília: IICA, 2006.

CARMO, René Becker Almeida. A questão agrária e o perfil da agricultura familiar brasileira. **Bahia Agrícola**, Salvador, v. 4, p. 27-32, 2000.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. O enfoque em Sitemas Produtivos e Inovações Locais. CASSIOLATO, José Eduardo (Org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais:** marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

CASTRO, Lavinia Barros. **Financiamento do desenvolvimento:** teoria, experiência coreana (1950-1980) e reflexões comparativas ao caso brasileiro. Rio de Janeiro: [S.n.], 2006.

CORRÊA, Vanessa Petrelli; SILVA, Fernanda Faria; NEDER, Henrique Dantas. **Uma análise das liberações do PRONAF nas regiões Nordeste e Sul do Brasil –** a manutenção da lógica concentradora?. Rio Branco\; [\S.n.\],, 2008.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde; CERQUEIRA, Patrícia da Silva. Um olhar sobre o crédito do PRONAF na Bahia. **Bahia Agrícola,** Salvador, v. 5, n. 2, 2002.

DALLABRIDA, Valdir Roque; SIEDENBERG, Dieter Rugard; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. **Desenvolvimento em Questão**, v. 2, n. 4, p. 33, 2004.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A gestão social dos territórios nos processos de desenvolvimento territorial: uma aproximação conceitual. **Sociedade, Contabilidade e Gestão,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 44, 2007.

DUFUMIER, Marc**. Projetos de desenvolvimento agrícola.** Salvador: EDUFBA, 2010.

FROEHLICH, José Marcos; ALVES, Heberton F. Inocêncio. **Novas identidades, novos territórios –** mobilizando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial. Santa Maria: DEAER/CPGExR /CCR /UFSM, 2007.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

IBGE. **Censo agropecuário.** 2006. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2010.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento rural: conceito e medida**. Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 21, p. 379-409, 2004.

LAMARCHE, H. (Org.). **Agricultura familiar:** comparação internacional. Campinas: UNICAMP, 1993. v. 1.

LOPES, Raul. **Competitividade, inovação e territórios.** Oeiras: Celta, 2001.

MATTEI, Lauro. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF):** concepção, abrangência e limites observados. Belém, 2001.

MAYNTZ, R. **Nuevos desafios de la teoria de governance.** Barcelona, 2000.

MENDONÇA, Nilton César; ORTEGA, Antônio César. **Estratégias de desenvolvimento territorial rural:** governo FHC X governo Lula. Ribeirão Preto, 2005.

MESQUITA, Augusto Sávio. PRONAF: contextualização e perspectivas. **Bahia Agrícola**, Salvador, v. 4, p.33-37, 2000.

NORTH, Douglas. **Location theory and regional economic growth.** Washington: University of Chicago Press, 1955.

PIRES, Elson L.S. ; MÜLLER, Geraldo; VERDI, Adriana Renata. Instituições, territórios e desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos teóricos morfológicos. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454, 2006.

PRADO, Sergio. **Transferências fiscais e financiamento municipal no Brasil.** São Paulo: EBAP/Fundação Konrad Adenauer, 2001. (Relatório de pesquisa. Projeto: descentralização fiscal e cooperação financeira intergovernamental.) Disponível em: <http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/artigos/TransferenciasFiscais&FinancMunicipal.pdf>. Acesso em: 14 de maio 2011.

SEBRAE. **Cartilha de acesso ao PRONAF –** 2010/2011**.** Brasília, 2011.

SEI. **Banco de dados**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/side/consulta_frame.wsp>. Acesso em: 14 maio 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Sandro Pereira**. Créditos do PRONAF e dinâmicas econômicas territoriais:** uma análise de dados em painel para o território Vale do Mucuri – 2000 a 2007. Belo Horizonte, 2008.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 1, n. 6, p. 126, 2007.

SWYNGEDOUW, E. **Neither global nor local:** “globalization” and the politics of scale. Nova York: COX, K.R., 1997.

VELTZ, P. **Des territoires pour apprendre et innover.** Paris: Aube, 1995.

VIEIRA, Euripedes Falcão; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais:** marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – Relação dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia

N.º	Território	Municípios
1	IRECÊ	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana,Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçú da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulugum do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Xique-Xique.
2	VELHO CHICO	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Matina, Malhada, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato.
3	CHAPADA DIAMANTINA	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner, Jussiape.
4	SISAL	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue,Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.
5	LITORAL SUL	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajú do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca.
6	BAIXO SUL	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.
7	EXTREMO SUL	Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itamarajú, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lagedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Teixeira de Freitas, Vereda.
8	ITAPETINGA	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguaí, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória.

9	VALE DO JEQUIRIÇÁ	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Iramaia, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayete Coutinho, Lagedo do Tabocal, Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra.
10	SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá.
11	OESTE BAIANO	Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Luiz Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, Wanderley.
12	BACIA DO PARAMIRIM	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires, Tanque Novo.
13	SERTÃO PRODUTIVO	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Urandi, Tanhaçu.
14	PIEMONTE DO PARAGUAÇU	Boa Vista do Tupim, Iaçu,Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Miguel Calmon, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá.
15	BACIA DO JACUÍPE	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre,Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço.
16	PIEMONTE DA DIAMANTINA	Caém, Capim Grosso, Jacobina, Mirangaba,Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova.
17	SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	Adustina, Antas,Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis,Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto.
18	AGRESTE DE ALAGOINHAS/ LITORAL NORTE	Itapicuru, Olindina, Crisópolis, Rio Real, Jandaíra, Conde, Acajutiba, Esplanada, Cardeal da Silva, Entre Rios, Mata de São João, Itanagra, Araçás, Alagoinhas,Aramari, Ouriçangas, Inhambupe, Sátiro Dias, Aporá, Catu, Pojuca, Pedrão.
19	PORTAL DO SERTÃO	Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Conceição de Feira, Santo Estevão, Ipecaetá, Antônio Cardoso, Anguera, Tanquinho, Santa

		Bárbara, Santanópolis, Coração de Maria, Amélia Rodrigues, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Conceição do Jacuípe, Irará, Água Fria.
20	VITÓRIA DA CONQUISTA	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista.
21	RECÔNCAVO	Santo Amaro, Saubara, Governador Mangabeira, Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, São Félix, Marogojipe, Cruz das Almas, Castro Alves, Conceição do Almeida, São Felipe, Santo Antônio de Jesus, Muniz Ferreira, Varzedo, Dom Macedo Costa, Nazaré, Sapeaçu, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde.
22	MÉDIO RIO DAS CONTAS	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã, Itamari.
23	BACIA DO RIO CORRENTE	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho.
24	ITAPARICA	Abaré, Macururé, Chorrochó, Rodelas, Glória, Paulo Afonso.
25	PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	Campo Formoso, Jaguarari, Andorinha, Ponto Novo, Caldeirão Grande,Pindobaçu, Filadélfia, Antônio Gonçalves, Senhor do Bonfim.
26	METROPOLITANA DE SALVADOR	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, Simões Filho, Vera Cruz, Salinas da Margarida.

Fonte: SEI, 2011

ANEXO B – Declaração de Aptidão ao PRONAF

Declaração de Aptidão ao Pronaf

Ministério do Desenvolvimento Agrário | Secretaria da Agricultura Familiar | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

1ª Via Branca - Órgão emissor 2ª Via Branca - A ser encaminhada à SAF 3ª Via Verde - Beneficiário 4ª Via Amarela - - Entidade Emitente

NUMERAÇÃO

I Cadastro do(a) Agricultor(a) Familiar

a) Identificação do(a) Agricultor(a) Familiar

TITULARES

1. Nome: _____ 2. Sexo: ___
3. CPF: ___ - ___ 4. Nome da mãe: _____
*5. Apelido: _____ 6. Data de nascimento: __/__/__ *7. RG: _____ *8. UF do órgão emissor: ___
*9. NIS: _____ 10. Código IBGE do município de nascimento: _____ 11. Escolaridade: ___
12. Nome: _____ 13. Sexo: ___
14. CPF: ___ - ___ 15. Nome da mãe: _____
*16. Apelido: _____ 17. Data de nascimento: __/__/__ *18. RG: _____ *19. UF do órgão emissor: ___
*20. NIS: _____ 21. Código IBGE do município de nascimento: _____ 22. Escolaridade: ___

23. Nº de pessoas da família residentes no estabelecimento: ___ 24. Estado civil: ___ 25. Regime de casamento: ___ 26. Local de residência: ___
27. Endereço: _____
Nº: _____ Bairro: _____
28. Município: _____ 29. CEP: ___ - ___ 30. UF: ___

b) Caracterização Sócio-Econômica do(a) Agricultor(a) Familiar:
1. Organização(ões) social(ais) a(s) qual(is) pertença: ___ ___ ___ ___ ___
2. Condição de posse e uso da terra: ___ ___ ___ ___ ___
3. Atividades principais: ___ ___ ___ ___ ___
4. Área do estabelecimento: _____ hectares.
5. Área menor ou igual a 4 (quatro) módulos fiscais ou menor que 6 (seis) módulos fiscais no caso de pecuarista familiar? ___ (1=sim 2=não)
6. Composição da renda bruta familiar anual de enquadramento:
i. 10% da renda de integração ou regime de parceria com agroindústrias provenientes das atividades de apicultura ou suinocultura ..... R$ ___ 00
ii. 50% da renda proveniente das seguintes atividades agropecuárias: psicultura, avicultura não integrada, pecuária de leite, fruticultura, suinocultura não integrada e/ou ovinocaprinotura ..... + R$ ___ 00
iii. 100% das rendas provenientes de outras atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento ..... + R$ ___ 00
iv. 100% das rendas não rurais, excluídos os provenientes de benefícios previdenciários de atividades rurais e de outros benefícios sociais ..... + R$ ___ 00
v. 30% das rendas provenientes de agroindústrias familiares e turismo rural, olericultura, floricultura ..... + R$ ___ 00
vi. Total ..... = R$ ___ 00
vii. 100% de rendas vinculadas a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais ..... R$ ___ 00
7. Percentual da renda bruta familiar anual proveniente das atividades desenvolvidas no estabelecimento ___ %
8. Força de trabalho utilizada além da familiar: i. ( ) Não contrata ii. ( ) Contrata empregados eventuais quantidade de dias* homens / ano: _____
iii. ( ) Contrata empregados permanentes: ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3 ou mais.

II Informações Complementares

A) Destinação da Operação de Crédito (custeio especiais): ___ ___ ___ ___ ___
B) Enquadramentos Anteriores:
1. Já obteve anteriormente crédito ao amparo do Pronaf? ___ (1=sim 2=não) 2. Se sim, sob qual grupo? _____
C) Imóveis Rurais: 1. Nº de imóveis explorados: _____
Sobre o imóvel principal:
2. Denominação do imóvel: _____
3. Localização do imóvel: _____ 4. Área do estabelecimento: _____ ha
5. É proprietário do imóvel principal?: ___ (1=sim 2=não) 6. Nome ou razão social do proprietário: _____
7. CPF/ CNPJ do proprietário: _____
d) Solicitou reenquadramento de Grupo ao amparo do MCR 10-2-4? ___ (1 = sim; 2 = não).
Caso afirmativo: Qual Grupo? ___

III Informações para o Garantia Safra

A) Responsável pelo sustento da Família: _____ (1=Mãe; 2=Pai e 3=Filhos)
B) Nº de familiares portadores de deficiência: _____
C) Participa do programa Bolsa-Escola do Governo Federal: _____ (1=Sim ou 2=Não)
D) Das culturas: 1. Área total de cultivo: _____ (ha)
2. Área total em consórcio Feijão e Mamona: _____ (ha)
3. (Preencha 1 para não e 2 para sim) Algodão Arroz Feijão Mandioca Feijão x Mamona
Cultiva no estabelecimento ? ___ ___ ___ ___ ___
Faz a irrigação da cultura ? ___ ___ ___ ___ ___

IV Declaração do(a) Beneficiário(a)

Declaro, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal) que os dados acima correspondem à verdade e que solicitei o meu reenquadramento para o Grupo ___ conforme facultado no MCR 10-2-4.

Local: _____ Data: __/__/__

Assinatura 1: _____

Assinatura 2: _____

Polegar direito 1 | Polegar direito 2

V Atestado da Entidade Credenciada pelo MDA

Ateste que o(a) titular(es) acima identificado(a) atende(m) aos critérios definidos no Manual de Crédito Rural para enquadramento como beneficiário(a)(s) do Crédito Rural ao amparo do Pronaf no grupo Reenquadramento: Foi solicitado reenquadramento? ___ (1 = não; 2 = sim e não concordo; e 3 = sim e concordo) - Grupo Final ___

Entidade emissora

Instituição: CNPJ ___ / ___ - ___
Representante: CPF: ___ - ___
Local: _____ Data: __/__/__
Assinatura: _____

Atenção: Este documento é gratuito | *CAMPOS NÃO OBRIGATÓRIOS | MODELO 9.2 - GRUPOS B, C, D e E